



Gestão 2023/2024

# PROCESSO DE INTENÇÃO DE DISPENSA Nº 004/2024

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.

**Fundamentação Legal:** Lei 14.133/21, art. 72, e art. 75, II

**Processo:** 202401014

**SANDOLÂNDIA – TO  
JANEIRO/2024**

Gestão 2023/2024

## SOLICITAÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO ( ) MATERIAL (X) SERVIÇOS	DATA 22/01/2024	FOLHA 01
UNIDADE ADMINISTRATIVA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO		

**OBJETO:** SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA, BEM COMO EMISSÃO DE PARECERES JURÍDICOS EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO, NOS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024.

**DOTAÇÃO:** 0001.0001.01.031.0001.2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

**ELEMENTO:** 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇO TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
**FONTE DE RECURSOS:** 1.500.000

ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL OU SERVIÇOS
001	11	MESES	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.

**JUSTIFICATIVA:** A área de licitações, gestão, fiscalização e acompanhamento de contratos públicos na Administração Pública representam, por suas características, enorme desafio aos agentes públicos encarregados de sua gestão, em decorrência da complexidade e variedade, das regras estabelecidas pelas legislações e pelas jurisprudências dos tribunais de contas, o que exige do gestor especial atenção com vistas a conduzir o processo dentro dos princípios legais.

Solicito abertura de processo para contratação acima descrita

*[Signature]*

**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**  
Presidente da Câmara



Gestão 2023/2024

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

### CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Presidente da Câmara Municipal

#### 1 – NECESSIDADE: QUAL O PROBLEMA A SER RESOLVIDO?

A área de licitações, gestão, fiscalização e acompanhamento de contratos públicos na Administração Pública representam, por suas características, enorme desafio aos agentes públicos encarregados de sua gestão, em decorrência da complexidade e variedade, das regras estabelecidas pelas legislações e pelas jurisprudências dos tribunais de contas, o que exige do gestor especial atenção com vistas a conduzir o processo dentro dos princípios legais.

#### 2 – OBJETO: QUAL A SOLUÇÃO PRELIMINAR PARA O PROBLEMA?

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.

#### 3 – JUSTIFICATIVA – PORQUE O PROBLEMA DEVE SER RESOLVIDO?

A contratação de uma equipe técnica especializada para orientar as atividades dos servidores da Câmara Municipal na realização de atos e procedimentos adequados às normas atuais determinadas resultarão na boa execução da gestão pública no controle externo.

Justifica-se a necessidade da contratação do serviço de assessoria gerenciamento nos contratos administrativos, bem ainda com o suporte e acompanhamento nos certames presenciais e eletrônicos e nas inserções dos processos no SICAP/LCO.

Assim sendo entendemos como um elemento fundamental a contratação de um profissional nesta área para assessorar a comissão de licitação nos procedimentos licitatórios, trazendo agilidade aos processos e elaborando um edital que se enquadra dentro das normativas das leis.

E necessidade também o assessoramento no setor de compras, pois é fundamental para instruções nas formalizações de solicitações, bem como no planejamento anual para futuras compras e processos para contratação direta.

O benefício direto, com a contratação, será em relação a maior presteza na execução das atividades em questão, pois haverá pessoas treinadas e com experiência devida na execução das referidas atividades. Quanto ao benefício indireto será a diminuição do tempo de resposta de questões rotineiras, porém importantes para os desfechos dos trabalhos desenvolvidos na Câmara, pois haverá apoio e celeridade na execução das tarefas comuns.

#### 4 – QUANTIDADE DE SERVIÇO OU BEM A SER CONTRATADO: QUAL A QUANTIDADE?





# LEGISLATIVO

— CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA —



Gestão 2023/2024

A execução dos serviços de assessoria e consultoria mencionados deve ser pelo período 11 (onze) meses, a partir da assinatura do contrato.

## 5 – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE: PORQUE ESSA QUANTIDADE É NECESSÁRIA?

A necessidade de contratação de empresa especializada na confecções de documentos para o administrativo e financeiro e, ao mesmo tempo, assegurar a lisura dos documentos e processos, seguindo seu fluxo adequado para que seja atendido e fornecimento de bens e serviços convenientes com as orientações e recomendações do Tribunal de Contas dos Municípios do Tocantins e demais órgãos de fiscalização dos atos da administração, considerada a supremacia ao interesse público. Considerando que os serviços a serem contratados exigem expertise e técnica para melhor orientação dos servidores. Sendo assim, justifica-se a necessidade de realizar os serviços de assessoria e consultoria de forma continuada por um período de 11 meses.

## 6 – DETALHAMENTO DO OBJETO – QUAIS CARACTERÍSTICAS, QUALIDADE, TAMANHO, CAPACIDADE....?

Serviços a serem desenvolvidos referentes a Contratação:

- - Confecções de documentos necessários para a secretaria, setor administrativo, financeiro, contabilidade, compras, licitações, controle interno e almoxarifados.
- - Orientação, acompanhamento, elaboração e disponibilização de modelos de documentos pertinentes para a adequação dos procedimentos;
- - Acompanhar e orientar sobre os envios e alimentação de documentos ao SICAP/LCO e SITE DA CASA;
- - Orientar e atuar na fiscalização dos contratos.
- - Demais temas atinentes ao apoio administrativo da Câmara Municipal de Sandolândia.

## 7 – DATA PARA ENTREGA DO BEM OU EXECUÇÃO DO SERVIÇO: EM QUANTO TEMPO DEVE SER INICIADO O SERVIÇO OU A ENTREGUE DO BEM?

O início da execução do objeto deve ser efetuado imediatamente após Ordem de Serviço. O prazo poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada, e formalmente aceita pela Autoridade Competente.

## 8 – LOCAL, DATA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE/SETOR/ÓRGÃO





*Gestão 2023/2024*

Sandolândia – TO, 22 de janeiro de 2024.

**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**  
**Presidente da Câmara Municipal**



Gestão 2023/2024

**JUSTIFICATIVA DE INEXISTÊNCIA ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

A elaboração de ETP **Estudo Técnico Preliminar** não se aplica ao processo **202401014**, tendo em vista a previsão legal contida na IN 58/22, art. 14, onde reza que o ETP é facultado nas hipóteses do inciso II, do art. 75 da Lei 14.133/21.

Com base no exposto a contratação que se refere a Solicitação dos serviços ora mencionado nos autos, está desobrigada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, conforme dispositivo legal.

Sandolândia – TO, 22 de janeiro de 2024

*Kamylla Coelho B. da Silva*  
**KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA**  
**TESOUREIRA**  
**PORTARIA 03/2024**





PROPOSTA DE PREÇOS

À CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA - TO.

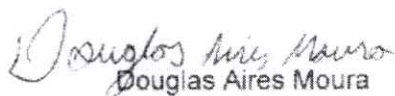
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIATO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024..

PROPONENTE	DOUGLAS AIRES MOURA 03937902155				
CPF/CNPJ	31.728.679/0001-63				
NOME FANTASIA	DM ASSESSORIA				
ENDEREÇO	AV AVENIDA TOCANTINS, SNº, CENTRO, SANTA RITA DO TOCANTINS - TO				
BAIRRO	CENTRO				
CIDADE	Santa Rita do Tocantins - TO				
UF	TOCANTINS				
CEP	77403-100				
TELEFONE	(63) 98472-7748				
E-MAIL	<a href="mailto:douglasairesmoura@gmail.com">douglasairesmoura@gmail.com</a>				
ITEM	UND.	QUANT	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
1	SRV	12	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIATO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024.	2.750,00	33.000,00
					33.000,00

Valor global: 33.000,00 (trinta e três mil reais)

Validade da Proposta: (60) sessenta dias

Santa Rita do Tocantins - TO, 23 de janeiro de 2024.

  
Douglas Aires Moura  
Representante Legal  
CPF: 039.379.021-55





# D&G CONTABILIDADE

AUDITORIA, CONSULTORIA E CONTABILIDADE COMERCIAL, PÚBLICA E RURAL 63 99955-0011



## ORÇAMENTO/PROPOSTA

À CAMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA -TO, AOS 23 DE JANEIRO DE 2024.

ITEM	OBJETO	PARCELAS	VL TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024.	12	36.000,00

Validade de Proposta: 30 dias

Razão Social: D&G CONTABILIDADE

CNPJ: 29.013.193/0001-05

Endereço: AV JOAQUIM RODRIGUES DE MORAIS QD 51 LOTE 7 A

Telefone: (063) 99955-0011

Cidade: Sandolândia-TO

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DANNILO GUIMARAES LIMA  
Data: 25/01/2024 11:51:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DANNILO G LIMA CONTABILIDADE  
CNPJ: 29.013.193/0001-05

AV JOAQUIM RODRIGUES DE MORAIS QD 51 LOTE 7 A  
SANDOLÂNDIA- TO



# OLIVEIRA ASSESSORIA

CNPJ: 48.851.461/0001-02



## ORÇAMENTO/PROPOSTA

À CAMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA -TO.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024. DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024.

VALOR GLOBAL R\$ 27.600,00 ( VINTE E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS)

VALOR DIVIDIDO EM 12 (DOZE) PARCELAS DE R\$ 2.300,00 (DOIS MIL E TRAZENTOS REAIS).

Validade de Proposta: 30 dias

Razão Social: Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro

CNPJ: 48.851.461/0001-02

Endereço: Avenida Rio Verde, n°940 Qd: 22 lt:15 setor Sol Nascente

Telefone: (063) 9 9112-1669

Cidade: Sandolândia-TO

Sandolândia- TO, 23 de janeiro de 2024.

MARCIARA DA

CONCEICAO OLIVEIRA

RIBEIRO:03082748147

**MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO**

CNPJ: 48.851.461/0001-02

Assinado de forma digital por

MARCIARA DA CONCEICAO

OLIVEIRA RIBEIRO:03082748147

Dados: 2024.01.23 20:26:53

Avenida Rio Verde, n°940 QD: 22 lt:15 setor Sol Nascente  
Telefone: (063) 9 9112-1669



# LEGISLATIVO

— CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA —



Gestão 2023/2024

## JUSTIFICATIVA DE PESQUISA DE PREÇO

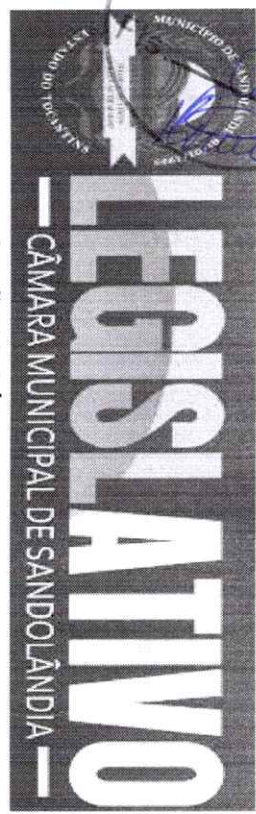
Foi realizada pesquisa de preço por meio de 03 (três) fornecedores conforme preceitua o art. 23, IV, da Lei 14.133/21 a fim de encontrar parâmetros de valores com características exatas ou similares para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024**. As empresas para as quais enviamos solicitação de orçamentos foram escolhidas pela facilidade que as mesmas prontamente nos atendem, agilizando assim, a celeridade processual. Ademais, todas são empresas inidôneas, não impedidas de contratar com o poder público.

Sandolândia – TO, 23 de janeiro/2024

*Kamylla Coelho B. da Silva*  
**KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA**  
Agente de Contratação no Setor de Licitação  
Portaria nº 005/2024



CMS - 10



# LEGISLATIVO

## — CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA —

Gestão 2023/2024

### MAPA DE PREÇOS PESQUISADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA

CNPJ: 37.344.603/0001-10

R. Dona Sena, nº 32, Sandolândia - TO, 77478-000

Telefone:

BENS, MATERIAIS OU SERVIÇOS									
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	DM ASSESSORIA	D G CONTABILIDADE	OLIVEIRA ASSESSORIA	TOTAL	MÉDIA	MÉDIA TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OA MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DO ANO DE 2024.	PARC.	12	R\$ 33.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 27.600,00	R\$ 96.600,00	R\$ 32.200,00	R\$ 32.200,00

Responsável: KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA

Sandolândia, 23 de janeiro de 2024.

  
Assinatura

Gestão 2023/2024

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **CONTRATAÇÃO DIRETA**

Processo Administrativo nº 202401014

#### **1 DADOS DO ORGÃO GERENCIADOR**

**Órgão:** Câmara Municipal de Sandolândia

**CNPJ/MF:** 37.344.603/0001-10

**Endereço:** R. Dona Sena, nº 32, Sandolândia - TO, 77478-000

#### **2 DO OBJETO**

2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OA MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.

2.2 Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR ESTIMADO
1	O mesmo acima	Parcelas	12	R\$ 32.200,00

2.3 O prazo de vigência da contratação é de 11 (onze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 O custo estimado total da contratação é **de R\$32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

#### **3 FUNDAMENTO LEGAL**

3.1 Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações posteriores

#### **4 DA VIGENCIA E EXECUÇÃO**

4.1 O Período de vigência do contrato e execução dos serviços será de 11(onze) meses, sendo pagos em 12(doze) parcelas, contados a partir da ordem de serviço, podendo ser prorrogado na forma da Lei, de acordo com o art. 105, 106 da Lei 14.133/21.

#### **5 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o bom andamento do serviço.



## 6 DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, que será nomeado pelo gestor público, que registrará todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*)

## 7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE DISPENSA (art. 75, da Lei n. 14.133/2021)

- 7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, que terá seu aviso publicado no Diário Oficial do Município pelo prazo não inferior 03 (três) dias para recebimento da proposta.
- 7.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais contratados poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, da Lei 14.133/21 por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 7.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 8 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal, e será atendido pela seguinte dotação:

<b>Dotação Orçamentária</b>	0001.0001.01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.39.00	Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica
<b>Fonte de Recurso</b>	1.500.000	Recursos Próprios

## 9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste processo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da execução dos serviços para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;



9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## 10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11 DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

11.1 A extinção do contrato será verificada nos termos do artigo art. 137 da Lei 14.133/21, no que couber assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação por escrito.

## **12 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pela CONTRATADA, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento, poderão ser-lhe impostos sanções elencadas nos artigos 155 e 163 da Lei nº 14.133/21.

Este Termo de Referência será encaminhado na data de hoje para a autoridade competente para aprovação do mesmo.

Sandolândia – TO, 23 de janeiro 2024

  
**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**  
Presidente da Câmara Municipal

Gestão 2023/2024

## CERTIDÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

**Para:** Agente de Contratação

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.

Prezada Agente,

Pela presente certificamos que existe Dotação Orçamentária na Função Programática abaixo para suprir a referida despesa; e ainda, que a mesma tem compatibilidade com PPA e LDO sendo assim, informamos o recurso orçamentário, por meio da Planilha abaixo:

<b>Dotação Orçamentária</b>	0001.0001.01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.39.00	Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica
<b>Fonte de Recurso</b>	1.500.000	Recursos Próprios

Sandolândia – TO, 23 de janeiro 2024

  
**GILDA MARTINS BRITO**  
Chefe de Controle Interno



Gestão 2023/2024

## CERTIDAO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

Pela presente certifico que existe Recursos Financeiros para custear a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.

Câmara Municipal de Sandolândia - TO, 23 de janeiro de 2024.

  
KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA  
Tesoureira

Gestão 2023/2024

**DESPACHO**

**DE: Agente de Contratação**

**PARA: Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia – TO**

Ilmo. Sr. Presidente,

Considerando a solicitação, Documento de Formalização de Demanda, justificativa anexadas ao presente, visando à contratação dos serviços nelas discriminadas e, ainda a apresentação de certificação de dotação orçamentária emitida pelo setor competente; encaminho o presente processo para conhecimento e posterior deferimento quanto à despesa ora pretendida.

Agradecemos a atenção ora dispensada.

Sandolândia – TO, 23 de janeiro/2024.

*Kamylla Coelho B. da Silva*  
**KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA**

Agente de Contratação

Portaria nº 005/2024



Gestão 2023/2024

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202401014**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA**, na qualidade de Ordenador de Despesas responsável pela Câmara Municipal de Sandolândia/TO, no uso de suas atribuições Legais.

**Considerando** a necessidade de contratação de empresa especializada na área de licitações, gestão, fiscalização e acompanhamento de contratos públicos na Administração Pública representam, por suas características, enorme desafio aos agentes públicos encarregados de sua gestão, em decorrência da complexidade e variedade, das regras estabelecidas pelas legislações e pelas jurisprudências dos tribunais de contas, o que exige do gestor especial atenção com vistas a conduzir o processo dentro dos princípios legais.;

**Considerando** a definição do objeto a ser contratado, as especificações constantes no Termo de Referência – TR, a certidão de existência de dotação orçamentária e a justificativa para a Dispensa de Licitação;

**Resolve:**

- I – Autorizar a realização da supracitada despesa;
- II – Autorizar a Agente de Contratação promover a autuação própria;
- II – Determinar o impulso do procedimento conforme for a hipótese legal.
- IV – Ao final dos procedimentos a Agente de Contratação deverá encaminhar o processo à Assessoria Jurídica e Controle Interno para emissão de parecer.

**Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.**

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA**,  
Estado do Tocantins, 23 de janeiro de 2024.



**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**

Presidente da Câmara Municipal



Gestão 2023/2024



**AUTUAÇÃO**  
**Processo Administrativo**

O Agente de Contratação da Câmara Municipal de Sandolândia, Estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/21, autua o seguinte processo:

Processo Dispensa....	202401014
Modalidade.....	INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Tipo.....	Menor Preço Global
Nº.....	004/2024
Data de Coleta de Demanda	
Horário.....	08h as 13hs
Objeto.....	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OA MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024
Agente de Contratação.....	KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA
Data .....	22/01/2024

*Kamylla Coelho B. da Silva*  
**KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA**  
Agente de Contratação  
Portaria nº 005/2024



Gestão 2023/2024

PORTARIA 005/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Câmara Municipal de Sandolândia

Publicado em 21/21/2024  
*[Signature]*

**“Designar a nomeação da servidora Kamylla Coelho Barreira da Silva para responder pelas funções exercidas por AGENTE DE CONTRATAÇÃO NO SETOR DE LICITAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2024”, e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor no que concerne a lei 14.133/21.

A inexistência de servidores no quadro permanente desta Câmara Municipal apto a exercer as atribuições de Comissão de Licitação;

Que por tal razão, esta Câmara Municipal enquadra-se a categoria de pequenas Unidades Administrativas, além de restar patente e exiguidade de pessoal disponível.

Que tais circunstâncias configuram inexistência de excepcionais que autoriza a substituição de sobredita Comissão por único servidor formalmente designado pela autoridade competente;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar a servidora nomeada, **KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA**, Tesoureira desta Câmara Municipal, por meio da Portaria 003/2024; **responsável pelo agente de contratação no setor de licitações** em substituição a Comissão de Licitação, exercendo todas as atribuições inerentes à referida Comissão no exercício de 2024.

**ART. 2º** Ratifico que a servidora nomeada acima, também será incumbida pelo dever de Lançamento das documentações constantes e necessárias à alimentação da plataforma **SICAP/LCO – Licitação, compras e Obra**.

**ART. 3º** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogada às disposições em contrário.



*Gestão 2023/2024*

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia- TO, aos 02 de janeiro de 2024.

**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**

Vereador/Presidente

*Gestão 2023/2024*



Gestão 2023/2024

## **AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

**DISPENSA Nº 004/2024**  
**PROCESSO Nº 202401014**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA**, torna público aos interessados que fará realizar dispensa de licitação com julgamento MENOR PREÇO global, nos termos do Art. nº 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos abaixo, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

<b>DATA E HORÁRIO LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO</b>	Limite final para recebimento das propostas: De 01 à 05 de fevereiro/2024 até as 12:00h (horário local)
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO</b>	<a href="mailto:cmsandolandia2023@gmail.com">cmsandolandia2023@gmail.com</a>

### **1. REGÊNCIA LEGAL:**

Esta Contratação será regida pelo disposto legal:  
a) Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inc. II

### **2. OBJETO:**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.**

### **3. JUSTIFICATIVA:**

A contratação de uma equipe técnica especializada para orientar as atividades dos servidores da Câmara Municipal na realização de atos e procedimentos adequados às normas atuais determinadas resultarão na boa execução da gestão pública no controle externo. Justifica-se a necessidade da contratação do serviço de assessoria gerenciamento nos contratos administrativos, bem ainda com o suporte e acompanhamento nos certames presenciais e eletrônicos e nas inserções dos processos no SICAP/LCO. Assim sendo entendemos como um elemento fundamental a contratação de um profissional nesta área para assessorar a comissão de licitação nos procedimentos licitatórios, trazendo agilidade aos processos e elaborando um edital que se enquadra dentro das normativas das leis.



Gestão 2023/2024

E necessidade também o assessoramento no setor de compras, pois é fundamental para instruções nas formalizações de solicitações, bem como no planejamento anual para futuras compras e processos para contratação direta.

O benefício direto, com a contratação, será em relação a maior presteza na execução das atividades em questão, pois haverá pessoas treinadas e com experiência devida na execução das referidas atividades. Quanto ao benefício indireto será a diminuição do tempo de resposta de questões rotineiras, porém importantes para os desfechos dos trabalhos desenvolvidos na Câmara, pois haverá apoio e celeridade na execução das tarefas comuns.

#### **4. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:**

4.1 Poderão participar desta dispensa de licitação os interessados regularmente estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste Aviso e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido.

4.2 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- b) Que não atendam às condições deste Aviso e seus anexos;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº746/2014 - TCU Plenário);
- f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

#### **5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE:**

5.1 As despesas oriundas desta solicitação deverão ser custeadas com a seguinte dotação orçamentaria:

<b>Dotação Orçamentária</b>	0001.0001.01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.39.00	Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica
<b>Fonte de Recurso</b>	1.500.000	Recursos Próprios

#### **6. VALOR ESTIMADO:**

6.1 O valor global estimado é da ordem de **R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais)**, resultante de pesquisa de mercado efetuada, que será considerado valor aproximado de acordo com a estimativa para a contratação.

#### **7. PAGAMENTOS:**





# LEGISLATIVO

— CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA —



*Gestão 2023/2024*

7.1 A prestação dos serviços será acompanhada por um representante da Câmara, que ficará responsável pelo atesto das notas fiscais;

7.2 O pagamento será conforme execução dos serviços, efetuado em moeda corrente, por intermédio de ordem bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal, no prazo de até 30 (trinta) dias da data da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato;

7.3 Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência suspensão do pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

## **8. PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO:**

8.1 O presente CHAMAMENTO PÚBLICO ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de publicação do AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: **cmsandolandia2023@gmail.com** fazendo referência a DISPENSA Nº 004/2024.

## **9. PROPOSTA DE PREÇOS:**

9.1 A interessada deverá apresentar proposta nos termos do **anexo I, deste instrumento;**

9.2 O valor ofertado poderá exceder o valor estimado constantes neste Edital, desde que não seja um valor fora do mercado, e nem tão pouco inexecutável. Propostas nessas condições serão desclassificadas;

9.3 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo Gestor Público.

9.4 Ao apresentar a proposta de preços, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta chamada pública, quer direta ou indiretamente.

9.5 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.6 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

9.7 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada.





# LEGISLATIVO

— CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA —



Gestão 2023/2024

## **10 . DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1** Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade:

### **10.1.1. Os documentos de habilitação Jurídica:**

- a) Ato Constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão competente;
- b) Documentações pessoais do representante da empresa e dos Profissional Responsáveis Técnicos da empresa, se for o caso;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

### **10.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) Certidão Negativa de Débito Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação - CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, e, Estadual – (CND); Prova de regularidade trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br));

### **10.1.3 Documentação complementar de habilitação**

Apresentação de todos os anexos constantes desse aviso

**10.2 Não serão aceitos documentos cuja data de validade esteja vencida, ou rasurada.**

## **11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

### **11.1 PROPOSTAS DE PREÇOS**

11.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço.

11.1.2 Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será desclassificada.

### **11.2 HABILITAÇÃO**

11.2.1 Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.

11.2.2 Será inabilitada o interessado que não atender as condições do Aviso e seus anexos.



Gestão 2023/2024

## **12 DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 A empresa não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação nesta Dispensa de Licitação.

12.2 Poderá a Câmara Municipal de Sandolândia revogar o presente Aviso, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado, ou anular, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.

12.3 A revogação/anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

12.4 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Câmara Municipal.

12.5 Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

12.6 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.

12.7 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

12.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art. 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

Sandolândia – TO, 23 de janeiro/2024



**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**  
Presidente da Câmara Municipal



# LEGISLATIVO

— CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA —



Gestão 2023/2024

## **ANEXO I – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

*Intenção de Dispensa nº 004/2024.*

**PARA:**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO.**

<b>Nome/Razão Social</b>	
<b>CPF/CNPJ</b>	
<b>Endereço</b>	
<b>E-mail</b>	

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Senhoria a nossa proposta relativa à contratação que tem por objeto

Item	Un.	Quant	Discriminação do Material/ Serviço	Valor Global
01	Parc.	12	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OA MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.	
			<b>TOTAL GERAL</b>	

a. Manteremos válida a proposta pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da sua apresentação.

b. No valor estão inclusas todas as despesas com transportes, tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados no objeto e na descrição dos serviços relacionados nos anexos do edital.

Local e data.

Responsável (eis) pela Empresa



Gestão 2023/2024

## **ANEXO II – DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

***Intenção de Dispensa nº 004/2024.***

**PARA:**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO.**

<b>Nome/Razão Social</b>	
<b>CPF/CNPJ</b>	
<b>Endereço</b>	
<b>E-mail</b>	

a) DECLARA, para os fins do disposto da Lei nº 14.133/21, art. 68, VI, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

b) DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital acima referido, que não existem fatos impeditivos para sua participação e que não foi declarada inidônea por órgão da Administração Pública.

c) DECLARA, para os devidos fins e a quem possa interessar, que na perda das condições de habilitação, na superveniência de fatos impeditivos de contratar com o poder público e na perda da capacidade técnica estabelecida no instrumento convocatório, contrato e legislação, compromete-se em comunicar imediatamente a Câmara Municipal de Sandolândia, sob as penas da Lei.

d) DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não há, em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário, e que não emprega servidores da Câmara Municipal de Sandolândia.

e) DECLARA que não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, bem como se obriga a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, de acordo com a Lei 14.133/21.

Local e data.

Responsável (eis) pela Empresa



# LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA



Gestão 2023/2024

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA FINS DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA  
PRERROGATIVA DE QUE TRATA A LC 123/2006.**

*Intenção de Dispensa nº 004/2024*

**PARA:**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO.**

<b>Nome/Razão Social</b>	
<b>CPF/CNPJ</b>	
<b>Endereço</b>	
<b>E-mail</b>	

A empresa se enquadra na categoria de:

- ☐ MICROEMPRESA – ME  
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP  
☐ MEI – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que na forma prevista no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, a empresa não está incursa nos impedimentos tratados no seu § 4º, podendo, assim, usufruir da prerrogativa do direito de preferência de que tratam os arts. 42 a 45 da citada Lei Complementar.

Local e data.

Responsável (eis) pela Empresa

Obs.: esta declaração pode ser substituída pela Certidão Simplificada da Junta Comercial, sendo aceita aquela emitida nos últimos 90 dias anteriores à data prevista para abertura do certame.



Gestão 2023/2024

**ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº XXX/2024**

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE A  
CAMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA E A  
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA**, Estado do Tocantins, Poder Legislativo Municipal, R. Dona Sena, nº 32, Sandolândia - TO, 77478-000, inscrito no CNPJ — MF sob o nº 37.344.603/0001-10, neste ato representado pelo Vereador Presidente **LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**, brasileiro, casado, portador do RG Nº 4035143 SSP-GO e CPF Nº 854.982.111-04, residente e domiciliado à Fazenda Lagoa da Ilha, S/N, Zona Rural, Sandolândia – TO.

**CONTRATADA:** XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXX, que tem com responsável técnico o contador XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXX, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx e CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado xxxxxxxxxxxx.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO CONTRATO**

1.1 - O presente contrato público de prestação de serviços é firmado nos termos do processo de dispensa de licitação nº 004/2024, com fundamento no **Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/21**, além de submeter-se, também aos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

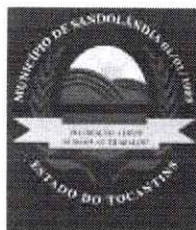
2.1 - O objeto do contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OA MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E PAGAMENTO**

3.1 - A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, o valor total de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), pelo período de 11 (onze) meses, sendo dividido em 12(doze) parcelas.

3.2 Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte e material e de pessoal, alimentação, hospedagem e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada necessária.





Gestão 2023/2024

3.4. Caso detecte alguma falha na prestação do serviço, em desconformidade com o contrato, a CONTRATADA deverá efetuar corrigir as pendências apontadas pelo Fiscal do Contrato, bem como a substituição de produtos e serviços de forma satisfatória, no prazo de 48 (quarenta e oito horas, sem prejuízo das sanções previstas.

3.5 O pagamento será efetuado mensalmente, até 5 (cinco) dias, subsequentes ao encerramento do mês, na forma de relatório de informações que comprove o andamento dos trabalhos nos exatos termos da contratação e, com a apresentação das Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Certidão de regularidade de tributos estadual, e, Certidão de regularidade de tributos municipal.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1 - Tomar conhecimento do Contrato, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

4.2. Efetuar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato através de um fiscal, devidamente designado;

4.3. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato, inclusive as informações sobre local e horários para a entrega dos serviços contratados, quando o mesmo for alterado;

4.4. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA desde que não haja impedimento legal para o fato;

4.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. Zelar pela execução integral do contrato, conforme especificações e determinações do contrato, do edital e seus anexos, especialmente do Termo de Referência;

4.7. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

4.8. Aplicar as sanções administrativas previstas nos termos da lei 14.133/21 em caso de descumprimento dos termos contratuais, conforme verificação e avaliação do fiscal do contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 - Executar o serviço conforme especificações definidas no presente Contrato e Termo de Referência;

5.2 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

5.3 Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa,



Gestão 2023/2024

5.3 Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do Contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.4 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução da prestação dos serviços;

5.5 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Câmara Municipal de Sandolândia - TO;

5.6 Não transferir a terceiros, total ou parcial, a prestação do serviço sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

5.7 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

5.8 A Contratada obriga – se aos serviços de:

5.8.1 - Assessoria e Consultoria junto a elaboração dos procedimentos de compras, conforme determina a legislação;

- Orientação e acompanhamento ao setor de licitação, relativos a formalização dos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade;

- Acompanhar as sessões públicas de licitações previstas na Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1 A execução deve ser efetuada imediatamente após o recebimento a Ordem de Serviço.

6.2 Os serviços deverão ser executados na sede da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, dentro do período estabelecido, de acordo com as especificações técnicas contidos no Termo de Referência, sendo que a inobservância destas condições implicará na recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

6.3 A contratada deverá disponibilizar profissional de nível superior, indicado na declaração de disponibilidade e apresentação de relação explícita do pessoal técnico especializado, para executarem os serviços de assessoria e consultoria contratados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**

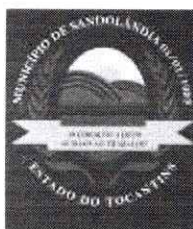
7.1 - As despesas oriundas desta solicitação deverão ser custeadas com a seguinte dotação orçamentaria:

<b>Dotação Orçamentária</b>	0001.0001.01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal
<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.39.00	Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica
<b>Fonte de Recurso</b>	1.500.000	Recursos Próprios

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGENCIA, EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO**

8.1 O Período de vigência do contrato e execução dos serviços será de 11(onze) mês, sendo dividido em 12(doze) parcelas, contados a partir da ordem de serviço, podendo ser prorrogado na forma da Lei, de acordo com o art. 105, 106 da Lei 14.133/21.





# LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA



Gestão 2023/2024

## **CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

9.1 A extinção do contrato será verificada nos termos do artigo art. 137 da Lei 14.133/21, no que couber assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação por escrito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 - Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pela CONTRATADA, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento, poderão ser-lhe impostos sanções elencadas nos artigos 155 e 163 da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

11.1. A fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços contratados serão efetuados pelo servidor, designado pelo gestor, denominada fiscal de contrato, que registrará todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS**

12.1 – A CONTRATANTE, quanta fonte retentora, descontará dos pagamentos a efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela Legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas, nos prazos legais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PROIBIÇÃO**

13.1 - Fica expressamente vedada a vinculação, o comprometimento ou alienação deste Contrato, em operações de qualquer natureza, sem exclusão de uma só delas, que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir, de modo a não prejudicar o bom andamento dos serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

14.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Araguaçu - TO, com renúncia expressa a quaisquer outros por mais privilegiado que seja.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1- Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissos, pelas disposições constantes na Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

15.2 – E por estarem de acordo, assinam este contrato os representantes das partes, em duas vias de igual teor e forma.





**Gestão 2023/2024**

Sandolândia - TO, XXXX de XXXXX de 2024.

**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**  
Presidente da Câmara  
CONTRATANTE

**NOME DA EMPRESA**  
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

**Testemunhas:**

Nome \_\_\_\_\_  
Nome \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_  
CPF nº \_\_\_\_\_





Gestão 2023/2024



**DESPACHO DO SETOR DE LICITAÇÃO**

**Para:** Assessoria Jurídica

**Assunto:** Emissão de Parecer Jurídico acerca do processo 202401014

Encaminhem-se os autos para a Assessoria Jurídica para emissão de Parecer Jurídico acerca do processo 202401014 e minuta de contrato nos termos do art. 53, da Lei 14.133/21.

Sandolândia – TO, 23 de janeiro de 2024.

Atenciosamente,

  
**KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA**  
Agente de Contratação  
Portaria nº 005/2024



Gestão 2023/2024



## **PARECER JURÍDICO**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2024**

**Requerente: Agente de Contratação**

**Interessado: Câmara Municipal de Sandolândia**

**ASSUNTO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA À CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024.

### **RELATÓRIO**

Vem ao exame dessa Assessoria Jurídica, na forma do art. 72, III, da Lei 14.133/2021, o presente processo administrativo, que visa à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA À CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024, pela modalidade Dispensa de Licitação.





Gestão 2023/2024

## **FUNDAMENTAÇÃO**

Sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente. Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Constituição Federal acolheu a presunção absoluta de que a realização de prévia licitação produz a melhor contratação, porquanto assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância dos princípios, como isonomia e impessoalidade. Todavia, o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, limita sua presunção, permitindo a contratação direta sem a realização de certame nas hipóteses ressalvadas na legislação. Desse modo, a contratação direta não representa desobediência aos princípios constitucionais.





A Lei n. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a chamada "Lei das Licitações e Contratos Administrativos", foi publicada com o objetivo de regulamentar o citado dispositivo constitucional, e criar padrões e procedimentos para reger a contratação pela Administração.

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública.

Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo. Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, *"a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade"*.

Sempre que haja possibilidade de concorrência, sem prejuízo ao interesse público, deverá haver licitação. A contratação direta, sem realização do prévio certame licitatório, somente é admitida excepcionalmente, nas hipóteses trazidas na própria lei, tais situações, contudo, configuram-se em exceções à regra geral. A licitação é regra; a contratação direta, exceção.

Ressalta-se, ainda, que a contratação direta, sem a realização de licitação, não é sinônimo de contratação informal, não podendo a Administração contratar quem quiser, sem as devidas formalidades.

Visando impedir a fraudulenta utilização dos dispositivos que autorizam a contratação direta, o administrador deverá cumprir alguns requisitos, tais





*Gestão 2023/2024*

como identificação da necessidade, fixação do objeto, definição de recursos orçamentários.

No presente caso, os requisitos para dispensa de licitação encontram-se presentes e respaldados pela legislação pertinente, nos artigo 72 e seus incisos, da lei 14.133/21.

Em que pese à obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta, sendo que o artigo 72, da Lei 14.133/21 elenca os possíveis casos de dispensa.

Tendo em vista o valor da contratação, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. (Vide Decreto nº 11.871, de 2023)





Observa-se que a lei enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo rol taxativo.

A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, "é aquela que a própria lei declarou-a como tal". José Santos Carvalho Filho acrescenta que esta se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida, entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

A Lei nº 14.133/2021, ao instituir as normas para licitações e contratos da Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

Nesse caso, portanto, o legislador entendeu que, em função do pequeno valor financeiro envolvido, não se justificaria a realização de um procedimento licitatório pela Administração.

Depreende-se, pois, que, nessa hipótese, em razão do pequeno valor envolvido, a legislação autoriza que se reduzam as formalidades prévias às contratações pela Administração Pública.

Conforme valores de mercado o valor a ser contratado no presente





*Gestão 2023/2024*

procedimento, estará enquadrado na dispensa, ou seja, valores que se mostram compatível com o limite previsto no art. 75, inciso II, da lei 14.133/2021.

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, substancial restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração, e, a demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado, sendo assim, verificamos que tais exigências foram devidamente cumpridas, pois no presente procedimento foi devidamente juntado 03 (três) cotações de empresas distintas, sendo a empresa escolhida a que ofertou menor valor

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Desta forma, o gestor deve demonstrar o cumprimento dos princípios atinentes à licitação, principalmente os da impessoalidade, moralidade, probidade e julgamento objetivo, além das exigências gerais previstas na Lei nº 14.133/2021, tais como a comprovação da regularidade da empresa a ser contratada, demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado e a motivação da decisão da Administração Pública.

Por fim, interessante e prudente que conste do contrato, que será celebrado, que ambas as partes – contratante e contratada - devem cumprir e respeitar, durante toda a vigência do contrato, o que dispõe no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.







## **CONCLUSÃO**

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade mencionados acima, opina-se pela formalização do processo de contratação direta, nos termos do artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Este parecer é meramente opinativo, contendo uma análise do aspecto formal, estritamente, não tendo abrangência sobre idoneidade de documentos e de informações apresentadas, uma vez que, foge da competência do parecerista tal análise.

Desta feita, a Autoridade Administrativa pode acatá-lo, ou não, conforme a conveniência da Administração.

À consideração superior.

Sandolândia/TO, 23 de janeiro de 2024.

  
**ROGÉRIO BEZERRA LOPES**  
OAB/TO 4193-B





# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## DO MUNICÍPIO DE SANDOLÂNDIA - TO

Lei Municipal nº 333/2022, de 31 de dezembro de 2022.

ANO II - SANDOLÂNDIA, QUARTA - FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 2024 - Nº 104



### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2024

A Câmara Municipal de Sandolândia – TO torna público aos interessados que fará realizar Dispensa de Licitação nº 004/2024, para contratação de empresa especializada em preparação de documentos e processos administrativos e serviços especializados de apoio administrativo em demanda a Câmara Municipal de Sandolândia- TO, durante os meses de fevereiro a dezembro do ano de 2024; ocasião que ao final será selecionada a proposta mais vantajosa sob tipo de julgamento menor preço global. Os interessados deverão solicitar Aviso de Dispensa e encaminhar proposta de preço e documentos de habilitação no período de 01 à 05 de fevereiro de 2024, até as 12:00H (horário local), através do e-mail: cmsandolandia2023@gmail.com; O processo é regido nos termos do art. 72, e art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. Sandolândia – TO, 31 de janeiro de 2024. Leniel Francisco da Cunha, Presidente.

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2024

A Câmara Municipal de Sandolândia – TO torna público aos interessados que fará realizar Dispensa de Licitação nº 006/2024, para contratação de empresa para prestação de serviços profissionais de manutenção e direitos de uso de software de gestão pública municipal como: contábil, folha de pagamento/rh, patrimônio, protocolo, almoxarifado/compra. Frotas e links para publicação das informações no portal da transparência da Câmara Municipal, no período de Fevereiro a Dezembro de 2024; ocasião que ao final será selecionada a proposta mais vantajosa sob tipo de julgamento menor preço global. Os interessados deverão solicitar Aviso de Dispensa e encaminhar proposta de preço e documentos de habilitação no período de 01 à 05 de fevereiro de 2024, até as 12:00H (horário local), através do e-mail: cmsandolandia2023@gmail.com; O processo é regido nos termos do art. 72, e art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. Sandolândia – TO, 31 de janeiro de 2024. Leniel Francisco da Cunha, Presidente.

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2024

A Câmara Municipal de Sandolândia – TO torna público aos interessados que fará realizar Dispensa de Licitação nº 008/2024, para contratação de empresa visando à prestação de serviços contábeis de orientação, assessoramento e consultoria técnica relacionados à área contábil, junto a comissão de finanças e orçamento, buscando a eficiência e eficácia dos trabalhos realizados, bem como, emitindo pareceres técnicos sobre matérias em tramitação na comissão de finanças e orçamento da Câmara Municipal de Sandolândia, durante os meses de fevereiro a dezembro de 2024; ocasião que ao final será selecionada a proposta mais vantajosa sob tipo de julgamento menor preço global. Os interessados deverão solicitar Aviso de Dispensa e encaminhar proposta de preço e documentos de habilitação no período de 01 à 05 de fevereiro de 2024, até as 12:00H (horário local), através do e-mail: cmsandolandia2023@gmail.com; O processo é regido nos termos do art. 72, e art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. Sandolândia – TO, 31 de janeiro de 2024. Leniel Francisco da Cunha, Presidente.



**RADILSON PEREIRA LIMA**  
PREFEITO MUNICIPAL



# OLIVEIRA ASSESSORIA

CNPJ: 48.851.461/0001-02



## ORÇAMENTO/PROPOSTA

À CAMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA -TO.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024. DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024.

VALOR GLOBAL R\$ 27.600,00 ( VINTE E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS)

VALOR DIVIDIDO EM 12 (DOZE) PARCELAS DE R\$ 2.300,00 (DOIS MIL E TRAZENTOS REAIS).

Validade de Proposta: 30 dias

Razão Social: Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro

CNPJ: 48.851.461/0001-02

Endereço: Avenida Rio Verde, nº940 Qd: 22 It:15 setor Sol Nascente

Telefone: (063) 9 9112-1669

Cidade: Sandolândia-TO

Sandolândia- TO, 23 de janeiro de 2024.

MARCIARA DA

CONCEICAO OLIVEIRA

RIBEIRO:03082748147

**MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO**

CNPJ: 48.851.461/0001-02

Assinado de forma digital por

MARCIARA DA CONCEICAO

OLIVEIRA RIBEIRO:03082748147

Dados: 2024.01.23 20:26:53

0308

Avenida Rio Verde, nº940 QD: 22 It:15 setor Sol Nascente

Telefone: (063) 9 9112-1669





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
48.851.461/0001-02  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
09/12/2022

NOME EMPRESARIAL  
48.851.461 MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO  
AV RIO VERDE, DQ: 22 LT:15

NÚMERO  
940

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
77.478-000

BAIRRO/DISTRITO  
SETOR SOL NASCENTE

MUNICÍPIO  
SANDOLANDIA

UF  
TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
MARCIARA99887310@GMAIL.COM

TELEFONE  
(63) 9112-1669

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
09/12/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/01/2024 às 20:44:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



## Empresário(a)

### Nome Civil

MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO

### CPF

030.827.481-47

### CNPJ

48.851.461/0001-02

### Data de Abertura

09/12/2022

### Nome Empresarial

48.851.461 MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO

### Capital Social

15.000,00

### Situação Cadastral Vigente

ATIVA

### Data da Situação Cadastral

09/12/2022

## Endereço Comercial

### CEP

77478-000

### Logradouro

AVENIDA RIO VERDE, DQ: 22 LT:15

### Número

940

### Bairro

SETOR SOL NASCENTE

### Município

SANDOLANDIA

### UF

TO

### Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

### Períodos de Enquadramento como MEI

#### Período

1º período

#### Início

09/12/2022

#### Fim

-

## Atividades

### Forma de Atuação

Internet, Estabelecimento fixo, Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes, Em local fixo fora da loja

### Ocupação Principal

Digitador(a) independente

### Atividade Principal (CNAE)

8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente



**Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento**



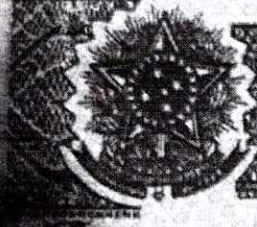
Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.\*

\* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



TO

NOME

MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR/UF  
995034 SSP

CPF  
030.827.481-47

DATA NASCIMENTO  
05/03/1996

FILIAÇÃO

JOSE RIBAMAR AFONSO  
RIBEIRO  
MARLI DA CONCEICAO  
OLIVEIRA RIBEIRO

PERMISSÃO



ACC



CAT. HAB

AB

Nº REGISTRO

06957046809

VALIDADE

04/03/2032

1ª HABILITAÇÃO

20/11/2017

OBSERVAÇÕES

sem observações;

*Marciara da Conceição O. Ribeiro*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

PALMAS, TO

DATA DE EMISSÃO

15/03/2022

PAULO ROBERTO MELO DE CASTRO NOGUEIRA

PRESIDENTE DE TRÂNSITO  
ASSINATURA DO EMISSOR

75824586161  
TO029756088

TOCANTINS

IDENTIFICADOR DO  
TERRITÓRIO NACIONAL  
2315791574

PROIBIDO PLASTIFICAR  
2315791574



REGISTRO  
GERAL

995.034 2ª Via

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

11/02/2016

NOME

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

FILIAÇÃO

JOSÉ RIBAMAR AFONSO RIBEIRO

MARLI DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

NATURALIDADE

SÍTIO NOVO-MA

DOC.ORIGEM

CERT. NASC. Nº 14.568, LV A-24, FLS 233-V, EXP.27/09/1996

SÍTIO NOVO-MA-

CPF

030.827.481-47

DATA DE NASCIMENTO

05/03/1996

Fls. 050



11095

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



FIS. 051

Moniziana da Conceição Oliveira Rêgo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS



**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL**

Av. 2, Qd. 17, Lt. 01 - nº 28 - Fone: (63) 3357-2900  
77478-000 - Sandolândia - TO  
Maria Antonia D. S. Soares  
OFICIAL



CNPJ - 10  
FIS. 052  
[Assinatura]

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**

**CERTIDÃO DE CASAMENTO RELIGIOSO C/ EFEITO CIVIL**

**PAULO HENRIQUE RODRIGUES AMÉRICO E MARCIARA DA CONCEIÇÃO O. RIBEIRO**

**MATRÍCULA**

1267890155 2016 3 00001 074 0000074 27

Livro:B-01-Aux. Folha: 074 Termo nº 074

**Nomes, prenomes, datas e locais de nascimento, nacionalidade, profissão, domicílio dos conjugues e suas filiações:**

**PAULO HENRIQUE RODRIGUES AMÉRICO**, brasileiro, solteiro, Operador de máquinas, nascido aos 23 de abril de 1991, natural de Goiânia - GO, filho de: Paulo Sérgio Américo e de Vanda Maria Rodrigues Américo, residente e domiciliado nesta cidade de Sandolândia - TO.

**MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO**, brasileira, solteira, Repositora de medicamentos, nascida em 05 de março de 1996, natural de Sítio Novo - MA, filha de: José Ribamar Afonso Ribeiro e de Marli da Conceição Oliveira Ribeiro, residente e domiciliada nesta cidade.

**DATA DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO POR EXTENSO**

**DIA MÊS ANO**

Vinte e três de julho de dois mil e dezesseis //

23

07

2016

**NOME DO PRESIDENTE DA CELEBRAÇÃO**

**REGIME DE BENS DO CASAMENTO**

Juiz(a) de Paz: Pastor: Elvesso Alves Lima

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

**RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS AO OFICIAL DO REGISTRO**

Exibiram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro nº. I, III e IV.

**NOME QUE CADA UM DOS CÔJUGUES PASSOU A UTILIZAR**

A Contraente: **O MESMO NOME** //

O Contraente: **O MESMO NOME** //

**OBSERVAÇÕES/AVERBACÕES**

//

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL**

Maria Antonia de Souza Soares/Oficial

Av. 02 Qd. 17 Lt. 01, nº. 28, Setor Habitacional.

CEP: 77478-000 - Sandolândia - TO

Fone: (63) 3394 - 1344

E-mail: cartorioregistrocivilsandolandia@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Sandolândia-TO, 25 de julho de 2016

[Assinatura]  
Maria Antonia de S.  
Soares  
Oficial



ARA 169612

CONFORME COM O  
REGISTRO





**DANF3E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL  
DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA**

**ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
104 Norte, Conj. IV, Lote 12A - Plano Diretor Norte  
Palmas/TO - CEP 77006-032  
CNPJ 26.086.034/0001-71 Insc. Est. 29.031.998-6

**Classificação:** MTC - CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / B1 **Tipo de Fornecimento:** MONOFÁSICO  
RESIDENCIAL / RESIDENCIAL

**TENSÃO NOMINAL EM VOLTS**

**Disp.: 220**

**Lim. mín.: 202**

**Lim. máx.: 231**

**MARCIARA DA CONCEICAO O RIBEIRO**

RUA 02, S/N / QD 22 LOTE 15 - SOL NASCENTE  
SANDOLANDIA / TO CEP 77478000 (AG 38)  
ROTEIRO 2 - 107 - 110 - 3080

**CÓDIGO DO CLIENTE**

**8/2996515-9**

**CÓDIGO DA INSTALAÇÃO**

**02003331088**

CPF/CNPJ/RANI 030 827 481-47

**REF: MÊS / ANO**

**Nov / 2023**

**VENCIMENTO**

**13/11/2023**

**TOTAL A PAGAR**

**R\$ 379,62**



NOTA FISCAL Nº 003725218 - SÉRIE 001  
DATA EMISSÃO/APRESENTAÇÃO: 06/11/23  
Consulte pela Chave de Acesso em  
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/nf3e/consulta>

Chave de Acesso:  
1723 1125 0860 3400 0171 6600 1003 7252 1820 1558 8857

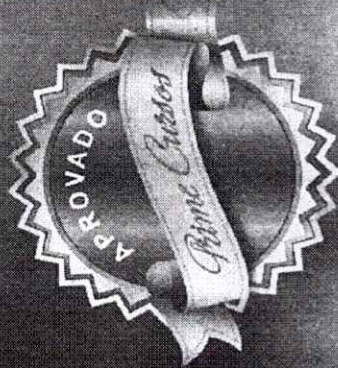
**EMITIDO EM CONTINGÊNCIA**  
Pendente de autorização





**PRIME CURSOS**

Um novo conceito em Ensino a Distância



[www.PrimeCursos.com.br](http://www.PrimeCursos.com.br)

# CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

**MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO**

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

Concluiu o **Curso de Contabilidade Básica**  
ministrado pela **PRIME CURSOS DO BRASIL**  
(Empresa associada à ABED - Associação Brasileira de Ensino a Distância)

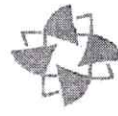
Carga horária: 35 horas  
Mês e ano da conclusão: Janeiro de 2023



*Antônio José Braun*

Antônio José Braun  
Diretor

SOMOS ASSOCIADOS



**ABED**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Para confirmar a autenticidade  
deste Certificado, acesse a página:  
[www.primecursos.com.br/confirmar](http://www.primecursos.com.br/confirmar)  
e digite o código 9921-14205846

Prime Cursos do Brasil Ltda EPP  
CNPJ: 09.408.027/0001-92

Fls. 054





**PRIME CURSOS**

Um novo conceito em Ensino a Distância



Prime Cursos do Brasil Ltda EPP  
CNPJ: 09.408.027/0001-92

[www.PrimeCursos.com.br](http://www.PrimeCursos.com.br)

# CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

**MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO**

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

Concluiu o **Curso de Administração de Finanças**  
ministrado pela **PRIME CURSOS DO BRASIL**  
(Empresa associada à ABED - Associação Brasileira de Ensino a Distância)

Carga horária: **40 horas**  
Mês e ano da conclusão: **Fevereiro de 2023**

*Antônio José Braun*

Antônio José Braun  
Diretor

SOMOS ASSOCIADOS



**ABED**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

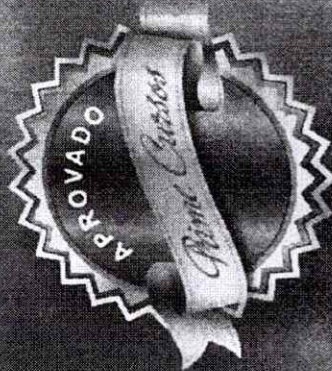
Para confirmar a autenticidade  
deste Certificado, acesse a página:  
[www.primecursos.com.br/confirmar](http://www.primecursos.com.br/confirmar)  
e digite o código 10068-14205846







**PRIME CURSOS**  
Um novo conceito em Ensino a Distância



[www.PrimeCursos.com.br](http://www.PrimeCursos.com.br)

# CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

**MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO**

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

Concluiu o **Curso de Administração de RH**  
ministrado pela **PRIME CURSOS DO BRASIL**  
(Empresa associada à ABED - Associação Brasileira de Ensino a Distância)

Carga horária: 35 horas  
Mês e ano da conclusão: Fevereiro de 2023



Antônio José Braun  
Diretor



Prime Cursos do Brasil Ltda EPP  
CNPJ: 09.408.027/0001-92

Para confirmar a autenticidade  
deste Certificado, acesse a página:  
[www.primecursos.com.br/confirmar](http://www.primecursos.com.br/confirmar)  
e digite o código 9914-14205846

SOMOS ASSOCIADOS



**ABED**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA





Fundação Bradesco

FUNDAÇÃO BRADESCO  
Colégio Dr. Dante Pazzanese  
Formoso do Araguaia - TO  
CNPJ: 60.701.521/0007-93

# Certificado

Formação Inicial e Continuada

Certificamos que

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

Concluiu o curso

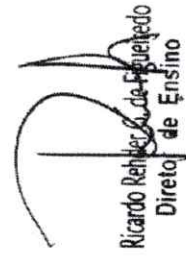
WORD 2007 - BÁSICO

Período

21/10/2011 a 04/11/2011

Carga Horária

20 horas

  
Ricardo Rehder de Albuquerque  
Diretor de Ensino

DIRETOR(A)/RESPONSÁVEL

Formoso do Araguaia, 10 de novembro de 2011.







**Fundação Bradesco**

# Certificado

Formação Inicial e Continuada

**FUNDAÇÃO BRADESCO**  
Colégio Dr. Dante Pazzanese  
Formoso do Araguaia - TO  
CNPJ: 60.701.521/0007-93

**Certificamos que**

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

**Concluiu o curso**

DIGITAÇÃO

**Período**

01/07/2011 a 01/09/2011

**Carga Horária**

36 horas

**Formoso do Araguaia, 1 de setembro de 2011.**



DIRETOR(A) RESPONSÁVEL

Ricardo Bender G. de Figueiredo

Diretor de Ensino





Fundação Bradesco

FUNDAÇÃO BRADESCO  
Colégio Dr. Dante Pazzanese  
Formoso do Araguaia - TO  
CNPJ: 60.701.521/0007-93

# Certificado

Formação Inicial e Continuada

Certificamos que

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

Concluiu o curso

WINDOWS XP


Período

02/09/2011 a 23/09/2011

Carga Horária

20 horas

Formoso do Araguaia, 27 de setembro de 2011.

  
Ricardo Rehner G. de Aguiar  
Diretor de Ensino  
DIRETOR(A) RESPONSÁVEL

Fis. 059







Fundação Bradesco

FUNDAÇÃO BRADESCO  
Colégio Dr. Dante Pazzanese  
Formoso do Araguaia - TO  
CNPJ: 60.701.521/0007-93

# Certificado

Formação Inicial e Continuada

Certificamos que

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

Concluiu o curso

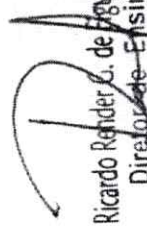
INTERNET 8.0

Período

29/09/2011 a 20/10/2011

Carga Horária

20 horas

  
Ricardo Rêder C. de Aguiar  
Diretor de Ensino

DIRETOR(A) RESPONSÁVEL

Formoso do Araguaia, 24 de outubro de 2011.



Certificado nº 101



Fundação Bradesco

FUNDAÇÃO BRADESCO  
Colégio Dr. Dante Pazzanese  
Formoso do Araguaia - TO  
CNPJ: 60.701.521/0007-93

# Certificado

Formação Inicial e Continuada

Certificamos que

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

Concluiu o curso

EXCEL 2007 - BÁSICO

Período

10/11/2011 a 01/12/2011

Carga Horária

28 horas

Formoso do Araguaia, 1 de dezembro de 2011.

Ricardo Reider *Carde Figueiredo*  
Diretor de Ensino

DIRETOR(A) RESPONSÁVEL

Fis. *261*





Fundação Bradesco

# Certificado

Formação Inicial e Continuada

FUNDAÇÃO BRADESCO  
Colégio Dr. Dante Pazzanese  
Formoso do Araguaia - TO  
CNPJ: 60.701.521/0007-93

Certificamos que

MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO

Concluiu o curso

POWERPOINT 2007 - BÁSICO

Período

02/12/2011 a 19/12/2011

Carga Horária

24 horas

Ricardo Reider G. de Figueiredo  
Diretor de Ensino  
DIRETOR(A) RESPONSÁVEL

Formoso do Araguaia, 19 de dezembro de 2011.





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CONTROLE: J8GA BOVB 6830 LSUB

VALIDADE: 28/02/2024

FINALIDADE:

Certificamos que até a presente data não constam débitos da pessoa com o código nº 12195, MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO CNPJ nº 48.851.461/0001-02 com o Nome de Fantasia sendo OLIVEIRA ASSESSORIA residente à AVENIDA RIO VERDE nº 940 Qd. 22 Lt. 15, SETOR SOL NASCENTE em SANDOLÂNDIA-TO, conforme constatamos verificando os arquivos da Fazenda Pública Municipal.

Ficam ressalvados todavia, os direitos da mesma fazenda pelas omissões ou quaisquer irregularidades que venham a ser verificadas posteriormente, mesmo no período de validade desta certidão.

Esta certidão é válida da data de sua emissão até 28/02/2024, devidamente carimbada e assinada pelo responsável pela fazenda pública municipal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de SANDOLÂNDIA.

SANDOLÂNDIA, Segunda-feira, 29 de janeiro de 2024

Emitida por: EDSON

  
EDSON ALVES PUGAS  
Agente de Fiscalização  
e Arrecadação  
Matrícula: 286 - Efetivo  
Pref. Mun. de Sandolândia-TO





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:

5381631



**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**RAZÃO SOCIA**

**CNPJ** 48.851.461/0001-02

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**ATIVIDADE ECONÔMICA:**

**ENDEREÇO:**

**MUNICÍPIO** -

**FINALIDADE:**

CADASTRO

**HISTÓRICO:**

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

**Data Emissão:** Terça-feira, 23 de Janeiro de 2024 - 20h 45m 44s

**Emitida Via INTERNET**

**Atenção:**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: 48.851.461 MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO**  
**CNPJ: 48.851.461/0001-02**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:49:00 do dia 23/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/07/2024.

Código de controle da certidão: **B30E.D9E2.B725.BD56**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Voltar

Imprimir

**CAIXA**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 48.851.461/0001-02  
**Razão Social:** MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA  
**Social:** RIBEIRO 03082748147  
**Endereço:** R QUADRA 22 LOTE 15 SN / SOL  
NASCENTE / SANDOLANDIA / TO /  
77478-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou

encargos devidos, decorrentes das  
obrigações com o FGTS.



**Validade:** 15/01/2024 a 13/02/2024

**Certificação Número:**

2024011505070536866718

Informação obtida em 23/01/2024  
20:47:52

A utilização deste Certificado para os fins  
previstos em Lei esta condicionada a  
verificação de autenticidade no site da  
Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1

Fls. 068

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 48.851.461 MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 48.851.461/0001-02  
Certidão nº: 5489563/2024  
Expedição: 23/01/2024, às 20:46:49  
Validade: 21/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **48.851.461 MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.851.461/0001-02**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

# OLIVEIRA ASSESSORIA

CNPJ: 48.851.461/0001-02

## DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Intenção de Dispensa nº 004/2024.



**PARA:**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO.**

<b>Nome/Razão Social</b>	Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro
<b>CPF/CNPJ</b>	48.851.461/0001-02
<b>Endereço</b>	Avenida Rio Verde, nº940 Qd: 22 Lt:15 setor Sol Nascente
<b>E-mail</b>	marciara99887310@gmail.com

a) DECLARA, para os fins do disposto da Lei nº 14.133/21, art. 68, VI, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

b) DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital acima referido, que não existem fatos impeditivos para sua participação e que não foi declarada inidônea por órgão da Administração Pública.

c) DECLARA, para os devidos fins e a quem possa interessar, que na perda das condições de habilitação, na superveniência de fatos impeditivos de contratar com o poder público e na perda da capacidade técnica estabelecida no instrumento convocatório, contrato e legislação, compromete-se em comunicar imediatamente a Câmara Municipal de Sandolândia, sob as penas da Lei.

d) DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não há, em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário, e que não emprega servidores da Câmara Municipal de Sandolândia.

e) DECLARA que não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, bem como se obriga a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, de acordo com a Lei 14.133/21.

Sandolândia- TO, 02 de fevereiro de 2024

*Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro*  
**MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO**

CNPJ: 48.851.461/0001-02



# OLIVEIRA ASSESSORIA

CNPJ: 48.851.461/0001-02



**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE, PARA FINS DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA  
PRERROGATIVA DE QUE TRATA A LC 123/2006.**

*Intenção de Dispensa nº 004/2024*

**PARA:**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO.**

<b>Nome/Razão Social</b>	Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro
<b>CPF/CNPJ</b>	48.851.461/0001-02
<b>Endereço</b>	Avenida Rio Verde, nº940 Qd: 22 Lt:15 setor Sol Nascente
<b>E-mail</b>	marciara99887310@gmail.com

A empresa se enquadra na categoria de:

- ☐ MICROEMPRESA – ME  
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP  
☒ MEI – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que na forma prevista no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, a empresa não está incurso nos impedimentos tratados no seu § 4º, podendo, assim, usufruir da prerrogativa do direito de preferência de que tratam os arts. 42 a 45 da citada Lei Complementar.

Sandolândia- TO, 02 de fevereiro de 2024

*Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro*  
**MARCIARA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA RIBEIRO**

CNPJ: 48.851.461/0001-02





**ATA DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2024**

Aos 06 dias do mês de fevereiro/2024, e após o prazo estipulado para apresentação de proposta e documentos de habilitação via e-mail informado no Aviso de Dispensa nº 004/2024, o Agente de Contratação da Câmara M. de Sandolândia, no uso de suas atribuições recebe neste setor os documentos e proposta de preço da empresa **MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO**, inscrito CNPJ sob nº 48.851.461/0001-02, para manifestação quanto aos requisitos do art. 72, V, da Lei de Licitações e contrato.

Primeiramente destacamos que a empresa, foi a única que manifestou interesse na contratação já que nos solicitou o Aviso; e ainda, nos enviou no prazo estipulado proposta de preço, e documentos de habilitação. Ademais, a referida empresa que tem como responsável técnico a Sra. Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro, inscrita no CPF sob o nº 030.827.481-47, que apresentou toda a documentação exigida no item 10, do Aviso, comprovou estar em dia com sua regularidade fiscal.

Constatamos ainda a presença de um bom *curriculum*, certificados de curso de contabilidade básica, bem como, certificado de Curso de Administração de Finanças ministrado pela Prime Cursos do Brasil, dentre outros certificados emitidos pelo Prime Cursos do Brasil, de igual importância e relevância no tocante à gestão pública; o que mostra sua habilidade e qualificação mínima quanto ao objeto pretendido.

Ademais, o interessado apresentou proposta no valor global R\$ 27.600,00 (vinte sete mil e seiscentos reais); valor este compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública; conforme pesquisa de preço nos moldes do art. 23, § 1º inciso II, IV, da Lei 14.133/21, para a referida contratação; onde nos traz uma média estimativa acima do valor apresentado. Ressaltamos, ainda que a empresa manteve o mesmo valor apresentado no orçamento na fase inicial do processo.

Diante do exposto acima, e após Parecer técnico, ***encaminho o processo a Diretoria de Controle Interno para emissão de parecer técnico. Logo após, encaminha a autoridade competente, os autos do processo em epígrafe, a cerca do presente despacho, meramente opinativo; e para possível autorização de contratação e execução dos serviços já mencionados no processo.***

Câmara Municipal de Sandolândia – TO, aos 06 dias do mês de fevereiro/2024.

  
**KAMYLLA COELHO BARREIRA DA SILVA**  
Agente de Contratação  
Portaria nº 005/2024





Gestão 2023/2024



## **DESPACHO**

**DO: Gabinete do Presidente**  
**PARA: Agente de Contratação**

### **RAZÃO DA ESCOLHA, PREÇO E REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

Considerando parecer jurídico e parecer técnico do controle interno anexado aos autos;

Considerando o despacho do Agente de Contratação sob os requisitos mínimos de habilitação; onde nos traz que a empresa apresentou toda a documentação exigida no item 10, do Aviso de Dispensa 004/2024; e que, comprovou estar em dia com sua regularidade fiscal; e, ainda que a proposta no valor global de R\$ 27.600,00 (vinte sete mil e seiscentos reais); valor este compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública; conforme pesquisa de preço nos moldes do art. 23, § 1º inciso II, IV, da Lei 14.133/21, para a referida contratação; onde nos traz uma média estimativa acima do valor apresentado.

Considerando, também, o regramento nacional, e a vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, que prevê a Dispensa de Licitação em conformidade ao disposto no **Art. 75, inciso II da lei Especial n. 14.133/21** optamos **pela escolha do prestador de serviço, MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO**, inscrito CNPJ sob nº 48.851.461/0001-02 tendo em vista ainda que o mesmo preenche os requisitos mínimos de habilitação e apresentação de proposta de preço vantajosa para esta administração Pública.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia – TO, aos 06 dias do mês de fevereiro/2024.

**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**  
**Presidente da Câmara Municipal**



Gestão 2023/2024

## ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO

**Órgão/Entidade:** Câmara Municipal de Sandolândia – TO.

**Processo nº:** 202401014

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA-TO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024. DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024.

### I- DOS FATOS

Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2024 encaminhado pela Agente de Contratação do Setor de Licitação, solicitando a análise para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024. DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2024.** Em justificativa, o Setor destaca o art. 75, II, da Lei 14.133/21 no que concerne a dispensa de licitação. O processo chegou instruído, com apresentação de propostas de demanda de preços de mercado. Em análise do Setor de Licitação a empresa **MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO, inscrito CNPJ sob nº 48.851.461/0001-02**, apresentou proposta mais vantajosa para a gestão. Fora apresentada Dotação Orçamentária pelo setor financeiro desta Câmara, o que caracteriza a regularidade de recursos destinados a este tipo de contratação. É o relatório.

### II – DA DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESSO

- a) Documento de oficialização da demanda;
- b) Solicitação e termo de autuação do processo;
- c) Protocolo;
- d) Declaração de disponibilidade orçamentária;
- e) Propostas de preços;
- f) Estimativa de preço médio;
- g) Justificativa da não realização de Estudo Técnico Preliminar;
- h) Justificativa da não realização de mapa de riscos;
- i) Termo de referência;
- j) Justificativa de preço;
- k) Autuação do Processo;
- l) Aviso de solicitação de proposta de preços;
- m) Justificativa da escolha do preço e do fornecedor;

*Gestão 2023/2024*

- n) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- o) Documentos pessoais;
- p) Certidões de regularidade fiscal;
- q) Declaração de que não emprega menor;
- r) Parecer jurídico;

### III - DA FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal estabelece como regra a obrigatoriedade de licitação para obras, compras, serviços e alienações da Administração Pública. Entretanto, a chamada "licitação dispensável" verifica-se em situações em que, embora seja viável a competição, o procedimento licitatório afigura-se inconveniente ao interesse público, tendo sempre como parâmetros os princípios da moralidade e impessoalidade na atuação da administração pública.

A lei é clara e não permite equívocos, apontando as hipóteses taxativas em que a dispensa pode ser exercitada, não permitindo interpretações ampliadas para se eximir da obrigatoriedade de licitar. Dentre as hipóteses previstas no art. 75 da mencionada Lei, destacam-se a dispensa em razão do baixo valor. Vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;

(Valor alterado pelo Decreto Federal 11.871/23)

Considerando que o valor total orçado, foi observado que se justifica a dispensa em razão do baixo valor. Existe disponibilidade orçamentária para cobertura da despesa, sendo que se chegou ao preço com utilização dos parâmetros pesquisa direto com fornecedores. Além disso, foi realizada pesquisa em municípios do mesmo ente federativo para obtenção do preço referencial.

**Verifica-se a necessidade de anexar aos autos: Declaração de publicação no site municipal;**

É o parecer.

Encaminha-se ao setor competente para providências pertinentes.

Sandolândia - TO, 06 de fevereiro de 2024.

  
**GILDA MARTINS BRITO**  
Chefe de Controle Interno



Gestão 2023/2024

**ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2024**

**"Declara situação de Dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OA MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024, e dá outras providências. "**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições, com base nas disposições do inciso XVII, do art. 30 do REGIMENTO INTERNO deste Poder Legislativo e,

**CONSIDERANDO** que o dispõe o Art. 75, inciso II da Lei Especial n. 14.133/21, alterado pelo Decreto Federal nº 11.871/23; prevê dispensa de licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos);

**CONSIDERANDO** que este órgão tem envidado todos os esforços para cumprir as determinações dos órgãos de controle externo;

**CONSIDERANDO** a necessidade solicitação/justificativa/termo de referência, anexada ao presente, visando à obtenção dos serviços nela discriminada e;

**CONSIDERANDO** a certificação de dotação orçamentária e recursos financeiros emitidos pelo setor competente, bem como, emissão de Nota Reserva;

**CONSIDERANDO**, que os preços dos serviços solicitados obtidos mediante pesquisa de preço, e, nos termos estabelecidos pela Lei 14.133/21, é compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Autorizar a Dispensa de Licitação nº 004/2024, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024**, nos termos Lei Especial de Licitações Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, ao 06 dia do mês de fevereiro de 2024.



**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**  
Presidente da Câmara Municipal



Gestão 2023/2024

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

*Processo de Dispensa: Nº 004/2024.*

*Interessado: Câmara Municipal de Sandolândia/TO.*

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico, e Parecer Técnico do Controle Interno prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no Art. 75, inciso II da lei Especial n. 14.133, de 01 de abril de 2021, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Autorizo em consequência, a proceder-se os serviços, nos termos, conforme abaixo descrito:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.**

**Empresa:** MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO inscrito CNPJ sob nº 48.851.461/0001-02, com sede à Avenida Rio Verde, QD 22, LT 15, Nº 940, Setor Sol Nascente, Sandolândia - TO, que tem com responsável técnico o contador Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro, brasileira, casada, assessora administrativa, inscrita no CPF sob o nº 030.827.481-47 e RG: 995-034 SSP - TO.

**Valor mensal R\$:** R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), pelo período de 11 (onze) meses, no valor total de R\$ 27.600,00 (vinte sete mil e seiscentos reais).

**Dotação:** As despesas oriundas desta solicitação deverão ser custeadas com a seguinte dotação orçamentaria 0001.0001.01.031.0001.2001 Manutenção da Câmara Municipal. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica. Fonte: 1.500.000 Recursos Próprios.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 152 da Lei Federal nº 14.133/21, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, ao 06 dia do mês de fevereiro de 2024.

  
**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**  
Presidente da Câmara Municipal



Gestão 2023/2024

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**CONTRATO Nº 006/2024**

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE A  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA E A  
EMPRESA **MARCIARA DA CONCEICAO  
OLIVEIRA RIBEIRO.**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA, Estado do Tocantins, Poder Legislativo Municipal, R. Dona Sena, nº 32, Sandolândia - TO, 77478-000, inscrito no CNPJ — MF sob o nº 37.344.603/0001-10, neste ato representado pelo Vereador Presidente **LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**, brasileiro, casado, portador do RG Nº 4035143 SSP-GO e CPF Nº 854.982.111-04, residente e domiciliado à Fazenda Lagoa da Ilha, S/N, Zona Rural, Sandolândia - TO.

**CONTRATADA:** MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO, inscrito CNPJ sob nº 48.851.461/0001-02, com sede à Avenida Rio Verde, QD 22, LT 15, Nº 940, Setor Sol Nascente, Sandolândia - TO, que tem com responsável técnica a Sra. **Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro**, brasileira, casada, assessora administrativa, inscrita no CPF sob o nº 030.827.481-47 e RG: 995-034 SSP - TO, residente e domiciliada na Avenida Rio Verde, nº940 Qd:22 Lt:15 setor Sol Nascente, Sandolândia - TO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO CONTRATO**

1.1 - O presente contrato público de prestação de serviços é firmado nos termos do processo de dispensa de licitação nº 004/2024, com fundamento no **Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/21**, além de submeter-se, também aos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1 - O objeto do contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E PAGAMENTO**

3.1 - A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, o valor total de **R\$ 27.600,00 (vinte sete mil e seiscentos reais)**, pelo período de **11 (onze) meses**, sendo dividido em **12(doze) parcelas**.

3.2 Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão



**Gestão 2023/2024**

de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte e material e de pessoal, alimentação, hospedagem e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada necessária.

3.3. Só serão aceitos comprovação de serviços que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada a aprovação do Controle Interno.

3.4. Caso detecte alguma falha na prestação do serviço, em desconformidade com o contrato, a CONTRATADA deverá efetuar corrigir as pendências apontadas pelo Fiscal do Contrato, bem como a substituição de produtos e serviços de forma satisfatória, no prazo de 48 (quarenta e oito horas, sem prejuízo das sanções previstas.

3.5 O pagamento será efetuado mensalmente, até 5 (cinco) dias, subsequentes ao encerramento do mês, na forma de relatório de informações que comprove o andamento dos trabalhos nos exatos termos da contratação e, com a apresentação das Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Certidão de regularidade de tributos estadual, e, Certidão de regularidade de tributos municipal.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1 - Tomar conhecimento do Contrato, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

4.2. Efetuar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato através de um fiscal, devidamente designado;

4.3. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato, inclusive as informações sobre local e horários para a entrega dos serviços contratados, quando o mesmo for alterado;

4.4. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA desde que não haja impedimento legal para o fato;

4.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. Zelar pela execução integral do contrato, conforme especificações e determinações do contrato, do edital e seus anexos, especialmente do Termo de Referência;

4.7. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

4.8. Aplicar as sanções administrativas previstas nos termos da lei 14.133/21 em caso de descumprimento dos termos contratuais, conforme verificação e avaliação do fiscal do contrato.





# LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA



Gestão 2023/2024

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1 - Executar o serviço conforme especificações definidas no presente Contrato e Termo de Referência;
- 5.2 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 5.3 Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do Contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 5.4 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução da prestação dos serviços;
- 5.5 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Câmara Municipal de Sandolândia - TO;
- 5.6 Não transferir a terceiros, total ou parcial, a prestação do serviço sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 5.7 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.8 A Contratada obriga – se aos serviços de:
- 5.8.1 - Assessoria e Consultoria junto a elaboração dos procedimentos de compras, conforme determina a legislação;
- Orientação e acompanhamento ao setor de licitação, relativos a formalização dos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade;
  - Acompanhar as sessões públicas de licitações previstas na Lei 14.133/21.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 6.1 A execução deve ser efetuada imediatamente após o recebimento a Ordem de Serviço.
- 6.2 Os serviços deverão ser executados na sede da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, dentro do período estabelecido, de acordo com as especificações técnicas contidos no Termo de Referência, sendo que a inobservância destas condições implicará na recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.
- 6.3 A contratada deverá disponibilizar profissional de nível superior, indicado na declaração de disponibilidade e apresentação de relação explícita do pessoal técnico especializado, para executarem os serviços de assessoria e consultoria contratados.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- 7.1 - As despesas oriundas desta solicitação deverão ser custeadas com a seguinte dotação orçamentária:

<b>Dotação Orçamentária</b>	0001.0001.01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal
-----------------------------	----------------------------	--------------------------------



**Gestão 2023/2024**

<b>Elemento de Despesa</b>	3.3.90.39.00	Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica
<b>Fonte de Recurso</b>	1.500.000	Recursos Próprios

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGENCIA, EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO**

4.1 O Período de vigência do contrato e execução dos serviços será de 11(onze) mês, sendo dividido em 12(doze) parcelas, contados a partir da ordem de serviço, podendo ser prorrogado na forma da Lei, de acordo com o art. 105, 106 da Lei **14.133/21**.

**CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

9.1 A extinção do contrato será verificada nos termos do artigo art. 137 da Lei **14.133/21**, no que couber assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 - Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pela CONTRATADA, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento, poderão ser-lhe impostos sanções elencadas nos artigos 155 e 163 da Lei nº **14.133/21**.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

11.1. A fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços contratados serão efetuados pelo servidor, designado pelo gestor, denominada fiscal de contrato, que registrará todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, e adotando as providencias necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS**

12.1 – A CONTRATANTE, quanta fonte retentora, descontará dos pagamentos a efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela Legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas, nos prazos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PROIBIÇÃO**

13.1 - Fica expressamente vedada a vinculação, o comprometimento ou alienação deste Contrato, em operações de qualquer natureza, sem exclusão de uma só delas, que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir, de modo a não prejudicar o bom andamento dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

14.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Araguaçu - TO, com renúncia expressa a quaisquer outros por mais privilegiado que seja.



**Gestão 2023/2024**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1- Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissos, pelas disposições constantes na Lei nº **14.133** de 01 de Abril de 2021.

15.2 – E por estarem de acordo, assinam este contrato os representantes das partes, em duas vias de igual teor e forma.

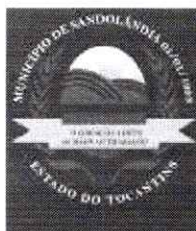
Sandolândia - TO, 06 de fevereiro de 2024.

  
**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**  
Presidente da Câmara  
CONTRATANTE

*Marciana da Conceição Oliveira Ribeiro*  
**MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO**  
CNPJ nº 48.851.461/0001-02  
CONTRATADA

**Testemunhas:**

Nome Karmylla Lelhe B da Silva  
CPF nº 050.500.581-63  
Nome DJALMA DE SOUZA FAHA  
CPF nº 892.087.571-53



# LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA

Gestão 2023/2024



## EXTRATO DE CONTRATO

- PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2024
- CONTRATO Nº 006/2024.

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA, Estado do Tocantins, Poder Legislativo Municipal, R. Dona Sena, nº 32, Sandolândia - TO, 77478-000, inscrito no CNPJ — MF sob o nº 37.344.603/0001-10, neste ato representado pelo Vereador Presidente LENIEL FRANCISCO DA CUNHA, brasileiro, casado, portador do RG Nº 4035143 SSP-GO e CPF Nº 854.982.111-04, residente e domiciliado à Fazenda Lagoa da Ilha, S/N, Zona Rural, Sandolândia – TO.

**CONTRATADA:** MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO, inscrito CNPJ sob nº 48.851.461/0001-02, com sede à Avenida Rio Verde, QD 22, LT 15, Nº 940, Setor Sol Nascente, Sandolândia – TO, que tem com responsável técnica a Sra. Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro, brasileira, casada, assessora administrativa, inscrita no CPF sob o nº 030.827.481-47 e RG: 995-034 SSP – TO, residente e domiciliada na Avenida Rio Verde, nº940 Qd:22 Lt:15 setor Sol Nascente, Sandolândia – TO.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DODUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 27.600,00 (vinte sete mil e seiscentos reais).

**DOTAÇÃO:** As despesas oriundas desta solicitação deverão ser custeadas com a seguinte dotação orçamentaria 0001.0001.01.031.0001.2001 - Manutenção da Câmara Municipal. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica. Fonte: 1.500.000.

**BASE LEGAL:** Art. 72, I, II, da Lei Nº 14.133/21, Decreto Federal Nº 11.317/22.

**VIGENCIA:** 06/02/24 à 31/12/24, podendo ser prorrogado na forma da Lei, de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/21.

**DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 06 de fevereiro de 2024.

Sandolândia – TO, 06 de fevereiro de 2024.



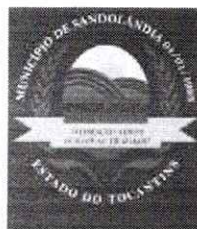
Gestão 2023/2024

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

CERTIFICO que, nesta data, foi publicado no *Placard* desta Câmara Municipal o Termo de Ratificação, vinculado ao processo licitatório na modalidade **Dispensa de Licitação nº 004/2024**, constante no Processo Administrativo nº 202401014, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.**, com fulcro no artigo art. artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/20, de 01 de abril de 2021. Tendo como Adjudicada e Homologada a contratação da empresa **MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO**; CNPJ/MF: 48.851.461/0001-02.

Sandolândia – TO, 06 de fevereiro de 2024.

*Gilda M. Brito*  
**GILDA MARTINS BRITO**  
Chefe do Controle Interno



# LEGISLATIVO

— CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA —



Gestão 2023/2024

## ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

**PROCESSO:** Dispensa nº 004/2024

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO.

**CNPJ:** 37.344.603/0001-10.

**CONTRATADA:** MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO

**CNPJ/MF:** 48.851.461/0001-02

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024.

A Câmara Municipal de SANDOLÂNDIA - TO, através de seu Vereador Presidente Sr. **LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**, AUTORIZA empresa **MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO**; CNPJ/MF 48.851.461/0001-02, com endereço na Avenida Rio Verde, QD 22, LT 15, Nº 940, Setor Sol Nascente, Sandolândia - TO, através de seu representante legal **Marciara da Conceição Oliveira Ribeiro**, brasileira, casada, assessora administrativa, inscrita no CPF sob o nº 030.827.481-47 e RG: 995-034 SSP - TO, residente e domiciliada na Avenida Rio Verde, nº940 Qd:22 It:15 setor Sol Nascente, Sandolândia - TO, a iniciar os serviços ora contratados.

SANDOLÂNDIA/TO, 06 de fevereiro de 2024.

**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**

Vereador Presidente



Gestão 2023/2024

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 202401014**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2024**

O Senhor **LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**, Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, no uso de suas atribuições Legais;

Considerando que o presente Processo Licitatório obedeceu a todas as normas legais recomendadas em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas pertinentes;

Considerando que, é alçada de a Autoridade competente realizar a Homologação e Adjudicação do procedimento licitatório, conforme art. 71, inciso IV da Lei 14.133/2021;

**RESOLVE:**

**1º – HOMOLOGAR e ADJUDICAR**, o Procedimento Licitatório na Modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2024, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM DEMANDA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA- TO DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO Á DEZEMBRO DO ANO DE 2024**, conforme as informações contidas no processo administrativo **202401014**, com fundamento no inciso IV, do art. 71 da Lei no 14.133/2021, estando o mesmo em conformidade com artigo 74, inciso III, alínea e, c/c artigo 72, da Lei 14.133/2021, no art. 3º-A da Lei 8.906/1994, alterada pela

*Gestão 2023/2024*

Lei 14.039/2020 e pacificado através da Resolução 599/2017 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em favor da empresa **MARCIARA DA CONCEICAO OLIVEIRA RIBEIRO**; CNPJ/MF: 48.851.461/0001-02, com endereço na Avenida Rio Verde, QD 22, LT 15, N° 940, Setor Sol Nascente, Sandolândia - TO, com valor global de **R\$ 27.600,00 (vinte sete mil e seiscentos reais)**, sendo pagos em **12 parcelas mensais, de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)**, dentre os meses de fevereiro à dezembro de 2024.

2º – **DETERMINAR** ao Departamento Contábil competente que proceda formalização necessária nos moldes legais para os registros dentro da Lei de Orçamento em vigor.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia - TO, aos 06 dias do mês de fevereiro de 2024.



**LENIEL FRANCISCO DA CUNHA**

Presidente da Câmara Municipal de Sandolândia